

O SOL DA LIBERDADE: ECLIPSE DA NARRATIVA DE REVELAÇÕES DE EUCLIDES DA CUNHA E GASTÃO CRULS

Cláudio Silveira Maia¹

Resumo

Gastão Cruls em *A Amazônia que eu vi* (1930) e *Hiléia Amazônica* (1944) e Euclides da Cunha em *Os sertões* (1902) perceberam e anteciparam movimentos e desdobramentos hereditários no curso da formação da nacionalidade ou da natividade do Brasil. Tais fenômenos sucederam-se, pois, rápida e inexoravelmente, compondo hoje uma população próxima dos 200.000.000 (milhões) de habitantes. A animação deste quadro, contudo, longe está de reproduzir a belle époque europeia do entre-séculos XIX-XX, bem como de traduzir, sem extremada compulsão, os ditos anos dourados da economia brasileira não por acaso compreendidos num período político de vinte e um anos vigido pela ditadura militar (1964-1984). A propósito, à medida que a população brasileira crescia, cresciam também as diferenças sociais aumentando a distância entre pobres e ricos, iletrados e esclarecidos e, o que é pior, ampliava-se o contingente de pobres e iletrados enquanto mantinha-se quase que inalterada a frisa de ricos e esclarecidos. Em síntese, nossa proposta para esta comunicação pretende situar dois autores avant la lettre, bem como rediscutir paradigmas históricos que privilegiaram uma raça e ignoraram muitas durante a formação da nacionalidade do povo do Brasil.

Palavras-chave: Gastão Cruls; Euclides da Cunha; Pós-colonialismo; Neocolonialismo.

Abstract

Gastão Cruls in *A Amazônia que eu vi* (1930) and *Hiléia Amazônica* (1944) and Euclides da Cunha in *Os sertões* (1902) had perceived and anticipated hereditary movements and unfoldings in the course of the formation of the nationality or the nativity of Brazil. Such phenomena had been succeeded, therefore, fast and inexorably, composing today a population next to the 200.000.000 (millions) of inhabitants. The animation of this picture, however, far is to reproduce the belle époque European of between-centuries XIX-XX, as well as translating, without distinguished compulsion, the said golden years of the Brazilian economy not by chance understood in a period twenty politician and one years been valid by the military dictatorship (1964-1984). By the way, to the measure that the Brazilian population grew, the social differences also grew increasing in the distance between poor persons and rich, illiterate and clarified and, what it is worse, digit of poor persons and illiterate people was extended while it was remained almost that unchanged it emphasizes it of rich and clarified. In synthesis, our proposal for this communication intends to point out two authors there avant la lettre, as well as rediscussing historical paradigms that had privileged a race and had ignored many during the formation of the nationality of the people of Brazil.

Keywords: Gastão Cruls; Euclides da Cunha; Postcolonialism; Neocolonialism.

¹ Doutor em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista de Araraquara – FCLAr/UNESP. Professor do Programa de Graduação do Instituto Cuiabano de Educação – ICE, e do Programa de Pós-Graduação do Instituto Superior de Educação mantido pela Associação de Ensino Superior do Vale do Juruena – ISE/AJES – Juína/MT.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise, orientada pela crítica pós-colonial, das historiografias *A Amazônia que eu vi* e *Hiléia amazônica*, de Gastão Cruls, e do romance *Os sertões*, de Euclides da Cunha, buscando-se refletir sobre produções literárias que testemunham e denunciam, ainda em nossos dias, a marginalização de pessoas e uma economia degenerativa como símbolo perverso da sociedade desde fins do século XVII. Nesse sentido, e como exemplo inicial, é impressionante como o soneto² de Cláudio Manuel da Costa ainda toca tão profundamente a desarmonia entre o homem e o meio-ambiente, e sobremaneira mais intensa entre os próprios homens. O tema da metamorfose, nesses versos numa simbiose de dupla e antitética transformação, atualiza, numa releitura hodierna, a tristeza do poeta consciente e decepcionado com a natureza materialista que passa a identificar e guiar o homem do século XVIII. Naquele tempo, lançado pela empresa capitalista às primeiras jornadas da epopéia burguesa que devastou a natureza em todo o mundo, e fazendo-se refém das próprias armadilhas maquinadas para o acúmulo e proveito do capital, tornou-se, uma vez mineralizado como o pastor (Fido) de Cláudio Manuel da Costa e tendo recebido os ares soprados pelas *civilizações geladas*, petrificado e indiferente à dor; não à sua, mas à dor dos outros. No Brasil, pois, desde as Minas Gerais reprovadas pelo ilustre poeta brasileiro, mas ainda antes, da Bahia escarnevada por Gregório de Matos, até a São Paulo da neblina que encobre a essência das pessoas e separa ricos aos brancos e pobres aos negros, como na “Garoa do meu São Paulo” de Mário de Andrade, — formou-se uma casta de burguesia colonialista que, sustendo-se no poder, criou um estado capitalista que acirrou as diferenças sociais e condenou gerações inteiras, como vê-se nas ruas em todo o país, à marginalização do progresso econômico e sócio-cultural. No início do século XX, porém, dois homens, entre os primeiros, descobririam lugares do Brasil a que os males da colonização e da neocolonização, fomentados na primeira pela metrópole colonial e na seguinte por parte expressiva da burguesia nacional, não haviam chegado.

Gastão Cruls e Euclides da Cunha são considerados pela crítica que os leu dois dos maiores reveladores do nosso país. Trata-se, pois, da revelação de uma terra até então desconhecida para a maior parte da sociedade brasileira, haja vista a concentração e privilégio da informação em territórios aqui chamados de cidades-metrópoles do Brasil, como o foram e continuam sendo Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte entre outras, além da capital da política nacional chamada Brasília. Trata-se, ainda, da revelação do interior brasileiro sentida de uma forma bastante diferente daquela como sentiu a maioria dos românticos, realistas e mesmo modernistas como Guimarães Rosa, no qual entreouvimos ecos de propensa mitificação do sertanejo mineiro.

A propósito, o Estado de Minas Gerais terá sido um dos mais expropriados ao longo dos mais de trezentos anos de humilhante colonização portuguesa e de subseqüentes décadas — do Brasil Império às Repúblicas — em que Inglaterra e Estados Unidos disputavam, como cães o osso, o controle hegemônico da nossa economia, enquanto elegíamos a França nosso sonho de cultura. Em ambos os casos, assistimos se intra-estruturarem as novas formas de

² Neste álamo sombrio, aonde a escura / Noite produz a imagem do segredo; / Em que apenas distingue o próprio medo / Do feio assombro a hórrida figura; // Aqui, onde não geme, nem murmura / Zéfiro brando em fúnebre arvoredo, / Sentado sobre o toco de um penedo / Chorava Fido a sua desventura. // Às lágrimas a penha enternece / Um rio fecundou, donde manava / D'ânsia mortal a cópia derretida; // A natureza em ambos se mudava; / Abalava-se a penha comovida; / Fido, estátua da dor, se congelava.

extorsão da identidade e dos bens do indivíduo recolonizado: está, pois, instalado o aparelho de estado neocolonial. Com efeito, o Estado das minas gerais está entre os que melhor representam o quadro de degenerescência provocado pela atividade colonialista: estradas sinuosas e estreitas feitas às pressas, cidades que nasceram nos lugares mais escondidos da Terra, mas no entanto perto dos minérios, gerações de pessoas esquecidas pelo governo, por si mesmas e por Deus.

De fato, muitos lugares do Brasil sofreram e ainda sofrem as piores investidas da colonização e da neocolonização. O resultado disso não poderia ser pior: as marcas do atraso estão lá por toda parte, mas sobremaneira especial no contingente de pessoas segregadas num meio aonde o progresso não chega. Chegam, sim, o apelo exuberante do consumo e oportunistas que, como nos primeiros dias da colonização, se refestelam, como que sobre pastos, dos sonhos de meninos e meninas, de adolescentes e, por que não, de adultos que ou deixam o interior e se amontoam na periferia das grandes cidades, ou se conformam apinhados nos morros e grotões do sertão, deserdados da vida e vivendo feito amotinados em lugares que se assemelham aos guetos reservados aos judeus pelos nazistas. Ainda hoje, é comum nesses lugares, como nas favelas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outras capitais, além da falta de água e luz arranjada nos *gatos*, a falta de tudo: de segurança, de lazer, de educação; mas há algo aparentemente nada que sintetiza tudo isso e o mais que possa haver: o esgoto que corre a céu aberto poluindo os ribeiros, os rios e, o que é pior: incutindo e encarniçando nas pessoas um jeito de viver como ratos, achando nisso um destino natural aos *mal-nascidos*: pobres e empobrecidos.

2. A LITERATURA PÓS-COLONIAL DE GASTÃO CRULS E EUCLIDES DA CUNHA

Conquanto, esse retrato de repressão à emancipação da criatura à condição de pessoa, de cidadão e de sujeito é uma realidade ainda no Brasil de hoje, mas já o foi muito mais vívido nos lugares em que mais perdurou uma ou outra forma de colonialismo (colonização ou neocolonização). Nesse sentido, o interior brasileiro compreendido por Estados do Centro-Oeste, do Nordeste não litorâneo e do Norte, de certa forma menos atingidos pelo sistema colonialista, será visto por Gastão Cruls e Euclides da Cunha como o local que congrega lugares cuja realidade difere e diverge da realidade colonial e neocolonial. Nesses lugares, pois, predomina um discurso local mais distante dos ditames proferidos pela relação colonizador *versus* colonizado; portanto, descobre-se a presença de um sujeito não articulado com o restante da sociedade civil brasileira, posto que longe, interiorizado e, em boa medida, incomunicável. Será nesse sujeito, ignorado e indiferente à colonização como se dela não tivesse feito parte, que autores como Cruls e o escritor de *Os sertões* vislumbrarão uma nacionalidade genuinamente brasileira. Aliás, como ambos verificaram, “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2007, p. 146).

Tal espírito de subversão da ordem dogmática do entre-séculos XIX-XX comparece, pois, também na obra de Gastão Cruls, investindo suas palavras contra a colonização deslocada do domínio com presença territorializada, mas recorrente através da neocolonização, identificando uma voz que aponta o colonizador e seus colaboradores como criminosos: especuladores, oportunistas e aproveitadores da situação na ex-colônia territorializada e ainda colônia do ponto de vista econômico e cultural. A propósito, criminosos indiferentes aos crimes cometidos e de cujas consequências esteve bem próximo o escritor Gastão Cruls, quando viveu e trabalhou, nos anos de 1921 e 1922³, como médico

³ Conforme nota da Editora José Olympio à edição da obra *Quatro romances*, em 1958.

sanitarista no Nordeste brasileiro. E ainda mais: os escombros deixados pela fúria e indiferença colonialista não ficaram restritos ao Nordeste. Podem ser encontrados em toda parte do território nacional, bem como os espíritos que os fomentaram e empreenderam; espíritos tais internados na alma de muitas pessoas que, talvez por conta de recalques que explicam muitas das patologias mentais, se mostraram e ainda se mostram obcecadas por reprimir no (ex)colonizado os ideais de liberdade e de direitos e condições — nunca privilegiados nem corporativistas, mas democráticos, — à oportunidade; se é que a palavra *democracia* já não decresceu e gastou-se em seu sentido nobre, tal a enorme incidência de seu uso interdito e demagógico. Como exemplo, pois, da usurpação dos direitos do homem, relembremos alguns escândalos envolvendo o Governo (que não é só o Poder Executivo) e empreiteiras encarregadas de succionar água do rio São Francisco, armazená-la em diques e daí distribuí-la nas regiões nordestinas em que a água proveniente das chuvas ou do lençol freático é mais escassa. Como pode-se facilmente inferir, a idéia é linda e o projeto lógico, mas a realidade disso na prática é o descaso: equipamentos sucateados, dinheiro desperdiçado e desviado para alimentar a corrupção e, o que é pior: pessoas frustradas na vaga e fugaz esperança de dias melhores.

Ora, tal como no platô sexual do amor romântico, as plataformas políticas numa sociedade neocolonial compõem o mesmo efeito de ilusão percuciente no iludido que, iludindo-se a si mesmo, ilude também a outros. Os paradigmas valorizados pelo sujeito colonialista neocolonial são estrangeiros, e ele mal se dá conta de sua posição política caótica frente o lugar (neo)imperial. Sua atitude limita-se, pois, a imitar, o que implica vir sempre atrás, e assim naturalizando uma dependência estúpida.

O advento da República em 1889 parece endossar essa perspectiva, já que, “contraditoriamente, viera consagrar a vitória da irracionalidade e da incompetência, criando uma situação” (SEVCENKO, 1982, p. 82) “onde tudo se deseja inócua, tudo incaracterístico, tudo traçado, tudo prostituído, para fáceis mistificações, para predomínios idiotas e momentâneos, mas ferrenhos e desesperadores das verdadeiras almas” (VITOR, 1963⁴, apud SEVCENKO⁵, 1982, p. 87).

Infelizmente, então, o projeto reformista de conhecimento e modernização do Brasil como um todo, empenhado por intelectuais como Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Augusto dos Anjos, Lima Barreto e Gastão Cruls, esvazia-se ante o crescimento de uma República para oportunistas, ociosos e especuladores. Esses homens constatarem, dramaticamente, que essa não lhes é a República dos sonhos, ao que, ato contínuo, reagem desferindo a mesma crítica cortante antes destinada ao Brasil Império, cujos responsáveis pela orientação dos destinos da sociedade brasileira ainda repetiam “aquilo que aprenderam nos velhos e pobres tempos de Olinda ou São Paulo, se não guarda[va]m alguma relíquia da estupidez coimbrã” (BARRETO, 1977, p. 153). Ademais, aqueles filhos das três últimas décadas do oitocentos viram-se transformados, “no momento mesmo do triunfo do seu ideal, [...] em personagens socialmente inúteis” (SEVCENKO, 1982, p. 86). Com efeito, conforme desabafou Farias Brito a propósito, no Brasil

o homem de espírito, o pensador, o artista é objeto quase de escárnio, por parte dos senhores da situação e dos homens de Estado. Um pensador, um artista vale para eles menos que uma forte e valente cavalcadura; um poeta menos que uma bonita parelha de carro (BRITO apud SEVCENKO, 1982, p. 88).

⁴ Conforme indicação nas “Notas” de Nicolau Sevcenko (1982, p. 111): VITOR, Nestor. *Prosa e poesia*. Rio: Agir, 1963, p. 83).

⁵ Capítulo II: “O Exercício Intelectual como Atitude Política: Os Escritores-cidadãos”.

Aí se comprova, pois, o argumento de que o pessimismo dos decadentistas, contemporâneos àquele tempo, em muito se funda num mal-estar compulsivo pelo desencanto com a República nos primeiros tempos pós-coloniais, uma vez que esta representara, a princípio, a esperança de liberdade e modernidade — de descarrego do fardo colonial. Posteriormente, porém, impera a desilusão. Uma tenaz observância desse quadro faz com que autores como Gastão Cruls se lancem Brasil adentro fugindo ao pragmatismo subserviente. Sobre isso, a palavra, embora longa mas aqui providencial, pertence ao professor, antropólogo, médico e poeta prefaciador de *A Amazônia que eu vi*, Roquette-Pinto:

Quem quiser resumir em um episódio toda a energia que os brasileiros têm posto na conquista da sua terra, não precisa de outro; basta o quadro dos filhotes da raça caluniada encurralados nos berços, crescendo por entre feras e pragas, enrijados nos perigos entre os quais se desdobra a sua infância. Isto é mais do que a Amazônia que Gastão Cruls viu; é a Amazônia que ele nos faz ver, de maneira deliciosa, pelo milagre de um bom gosto apurado, sem tropos nem lantejoulas. As coisas que ali têm brilho, brilham aqui por si mesmas; as sombras surgem na composição das telas com a intensidade que tinham no modelo, sem excessos da palheta do artista, que sabe trabalhar as tintas com mão de mestre. Como desmente este livro os imprudentes e levianos que imaginam o Brasil progredindo somente à custa da *gente branca*, que eles chamam, errado, ingenuamente, de *raça ariana*! Como palpita, nas páginas fortes, a vibração dos músculos caboclos, no varar das cachoeiras, arrastando nos pedrouços ardentes, castigados pelo sol, os *madeiras* pesados! Como vive, neste livro, a alma dos humildes brasileiros que não conhecem fadiga nem medo, na hora de *cumprir a obrigação*! Gastão Cruls serviu, aqui, com sinceridade e brilho, à ciência e às letras. Mas deixou também, nesta obra, um depoimento desataviado e quase brutal, em favor da gente mestiça que vem desbravando o Brasil para que os tais *arianos* aproveitem... Vê-se, mais uma vez, que se a terra é áspera, — o homem é teimoso e forte (ROQUETTE-PINTO, 1973, p. Xxxvi, grifos do autor).

Percebe-se não haver dúvidas quanto à relação com Euclides da Cunha em *Os sertões*. Apenas, a aspereza maior não é a da terra; assim como severa não é a terra muitas vezes árida dos lugares semi-desérticos do Nordeste, ou ainda a terra tomada pelo vergel imenso e selvagem da Amazônia. Áspera, aspérrima é aquela sociedade etnocêntrica que predominou no Brasil até a década de oitenta do século XX. Com efeito, a terra nos sertões transmuda “da extrema aridez à exuberância extrema”, de vale fértil ao chão estéril, de acordo com a intermitência das chuvas (CUNHA, 2007, p. 88) — mas os homens parecem inquebrantáveis no zelo de um orgulho implantado que o egoísmo, adormentado pela sensação de poder, ignora e justifica. Certamente, pessoas de um caráter muito diferente do caráter do General Rondon, caráter este assim perscrutado por Gastão Cruls:

Que de notas preciosas não há de ter esse homem que há mais de trinta anos vara os nossos sertões e ainda tem olhos novos para ver e admirar a natureza! Nada lhe passa despercebido ou é indiferente desde que se relacione com as nossas coisas, a terra e a gente do Brasil, de que fala sempre com efusão d’alma e atilado espírito de observação (CRULS, 1973, p. 9).

Analogamente, o arraial de Canudos inscreve um *ethos* que aparece como a fantasmagoria do reagenciamento dos marginalizados. De fato, o crescimento vertiginoso, “coalhando as colinas” de taperas, além de “estereografar a feição moral da sociedade ali acoutada” (CUNHA, 2007, p. 216) estereografou o vórtice de uma peleja renhida entre o governo republicano e a grei revoltosa. Assim, se por um lado Canudos externava a “decrepitude da[quela] raça” (CUNHA, 2007, p. 217), de outro a Tróia nordestina soergue-se uma

cidadela-armadilha que tira forças de sua fragilidade, que ameaça ruir e arrastar o inimigo em sua derrocada, periculosidade do ‘fragilimo’. No deserto de Os sertões, a antevisão das favelas que viriam; ou melhor, das visões (versões) mais frequentes que as cercam (GÁRATE, 2001, p. 88).

De fato, e como se vê acontecer nos dias de hoje: descendo os morros, escalando as valas, avançando monolítica e multidunalmente da periferia para o centro, as “*urbs* monstruosas” (CUNHA, 2007, p. 216) reclamam *ser*. Não obstante, Canudos reproduziu o retrato vivo do colonizado, abrindo-se-lhe como o último reduto na Terra, mas como o lugar em que esse sujeito poderia ser ele mesmo, ainda que segundo Antônio Conselheiro, líder

que abria aos desventurados os celeiros fartos pelas esmolos e produtos do trabalho comum. Compreendia que aquela massa, na aparência inútil, era o cerne vigoroso do arraial. Formavam-na os eleitos, felizes por terem aos ombros os frangalhos imundos, esfiapados sambenitos de uma penitência que lhes fora a própria vida; bem aventurados porque o passo trôpego, remorado pelas muletas e pelas anquiloses, lhes era a celeridade máxima, no avançar para a felicidade eterna (CUNHA, 2007, p. 227).

Sim, pois que destinados a ser a escória do mundo, os pobres, iletrados e doentes produzidos pelo Brasil-colônia, pelo Brasil-Império e ainda pela Primeira República não poderiam esperar a realização da própria existência na terra que os submetia a um Estado segregacionista e os renegava como parte da Nação. Nesse sentido, o ajuntamento de Canudos reflete um movimento de dentro para fora, uma vontade de libertação do jugo e do desassujeitamento. Ante às humilhações sofridas dia após dia pelo outro seu semelhante civilizado, a opção foi a de internalizar-se em si mesmo, levantando num canto de uma terra em que os homens nada lhes ofereciam de gentil uma espécie de acampamento da barbárie. Com efeito, uma barbárie como resposta às barbaridades praticadas, como se nada fossem, por uma sociedade marcada pela desfaçatez das *minorias*. Compreende-se, pois, que os mandatários na sociedade republicana ainda conservavam o “mesmo olhar [dos primeiros colonizadores] que tudo deformava” (CRULS, 1976, p. 97).

Assim, ainda que passados cerca de 400 anos do *descobrimento* do Brasil, a ramificação biológica originária de troncos genéticos indígenas ou africanos era severamente rejeitada — mesmo que ela trouxesse a consangüinidade do homem branco. “Sim, [pois] não era possível que o homem habitante dessas *selvas* fosse em tudo igual aos outros homens” (CRULS, 1976, p. 97). Destarte, as selvas que foram cenário na descoberta das Américas pelo europeu, aqui animam-se e investem-se do caráter monstrificante e horrificante que quiseram imputar aos habitantes das matas americanas. Agora, é aquela casta de mandatários — herança colonial do colonizador imperial, quem protagoniza o monstro, o tirano, o usurpador, enfim, o colonialista na sociedade neocolonial.

Nesses termos, Fanon é preciso:

Ao mesmo tempo, a miséria do povo, o enriquecimento desordenado da casta burguesa, seu desprezo ostensivo pelo resto da nação vão endurecer as reflexões e as atitudes. Mas as ameaças que despontam vão provocar o revigoramento da autoridade e o aparecimento da ditadura (FANON, 1979, p. 138).

Continua, pois, uma guerra étnica em curso, e tal decorre de forma dissimulada. Essa casta, conforme referida por Fanon, incorporou a idiopatia histórica da superioridade racial. Nesse sentido, as considerações de Euclides da Cunha ainda são esclarecedoras:

Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A

nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos. A afirmativa é segura. Não a sugere apenas essa [aquela] heterogeneidade de elementos ancestrais. Reforça-a outro elemento igualmente ponderável: um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas que dele em grande parte decorreram (2007, p. 104).

Como então constatou o escritor d' *Os sertões*, a gente brasileira estava, já adentrando o século XX, ainda em formação. Trata-se, pois, da verificação de um atraso etnológico paralelo ao atraso social desvelado por Euclides da Cunha através dos contrapontos que assinalou, tendo em vista, possivelmente em *revista*, a sua origem e formação litorâneas anversas às origens étnicas e à cultura dos sertões, mais propriamente do interior do Brasil. A esse respeito, pense-se, por exemplo, que a miscigenação do litoral brasileiro ocorreu à medida que a industrialização retardatária e incipiente no Brasil foi se ampliando. Mais especificamente, ainda, entenda-se por litoral, aqui, o eixo Rio-São Paulo — formado pelas cidades homônimas que disputavam entre si o *status* de poder na sociedade republicana. Como sabemos, a sociedade do Engenho situada no litoral nordestino, que se formou no período do Brasil-colônia, ficou tardia no início do século XIX. Isso fez, entretanto, com que o Nordeste perdesse representatividade no cenário nacional para a economia cafeeira impulsionada pelo governo imperial (sediado no Rio de Janeiro) e por São Paulo.

Repete-se, conquanto, uma vez mais, o ciclo da monocultura colonial até o advento da indústria no século XX. Mas ainda aí o Brasil distanciará os sujeitos étnicos na formação da sociedade nacional, uma vez que também a indústria, apesar da Lei Áurea, não se orientou por um modelo trabalhista que não o *familiar* escravismo. Isso explica, aliás, porque a indústria brasileira não investiu na formação tecnológica dos seus trabalhadores nem em tecnologia industrial, permanecendo a sua maioria uma indústria mecânica e braçal até a década de oitenta do século XX, às expensas das tecnologias eletrônica e robótica já realidades no mundo desenvolvido. Tal situacionalidade, inclusive, corroborava uma estrutura neocolonial pelo que a *novicolônia* não conseguiria produzir tecnologias, apenas fabricar produtos *essenciais* como chapéus, botas, utensílios agrícolas e coisas do gênero. Claro que havia exemplos escapes dessa situação ultrajante, mas eles representavam muito pouco ou quase nada diante da imensidão do território nacional brasileiro e da multidão de iletrados que, à excessão de poucos, formava a nação. Embora essa inferência notifique mormente os anos da parentela de cem anos atrás, muito dos problemas sociais, do atraso e dos limites quanto ao desenvolvimento econômico são desde lá decorrentes. De fato, o ideal de homogeneização étnica da sociedade brasileira, assimilado e adstrito pela burguesia nacional em si mesma, tornou índios, negros e mestiços uma gente, para não se dizer de última, de segunda classe, como a propósito poder-se-ia observar nos trens da FEPASA (Ferrovias Paulista Sociedade Anônima) até num tempo não muito distante de nós. Considerando, pois, essa situação, Gastão Cruels, tendo como referência a sua cidade natal, lamentou recordando Alfred Wallace:

Este naturalista, que muito viajou pela Amazônia e pôde privar com tribos ainda poupadas ao corrompente contato com o civilizado, assim se manifestou acerca dos nossos aborígenes: “Suas figuras são soberbas e diante das mais perfeitas estátuas eu nunca senti prazer igual ao que encontrava admirando esses modelos vivos da beleza a que podem atingir as formas humanas”⁶. Deste e de outros conceitos que para aqui não seria difícil trasladar, vem-nos o justificado pesar de que toda essa gente não houvesse sido melhor aproveitada na formação da nossa nacionalidade.

⁶ Conforme Cruels, o que foi possível verificar junto à Biblioteca do ilustre membro da Academia Brasileira de Letras, Sr. José Mindlin, quando ainda eu finalizava o Mestrado, tais dizeres de Alfred Wallace compõem nas *Travels on the Amazon and Rio Negro*. Londres, 1895.

Infelizmente, não pensavam assim os colonizadores, afervorados no extermínio do nativo, que lhes era entrave à posse rápida e total da terra. Agiam deste modo para depois recorrer ao tráfico dos negros... [...] É por isso tudo que não tenho aplausos bastantes para o gesto do General [Rondon], a zelar continuamente pelos poucos silvícolas que nos restam e esforçando-se junto de cada governo estadual, para que aos mesmos seja garantida a posse das terras em que vivem (CRULS, 1973, p. 88, grifos acrescentados).

Naturalmente, não só os índios foram marginalizados no processo de formação da nacionalidade brasileira, como também os negros e aqueles frutos da intramiscigenação de brancos, negros e índios. Antônio Conselheiro foi, pois, um líder que conseguiu mostrar tal marginalização à turba que o seguia. Mais que isso: conseguiu reunir excluídos e fazê-los verem por si mesmos o que o Estado os tornara ao longo da existência: uma gente a quem se negava o desenvolvimento intelectual, e por conseguinte cultural, o desenvolvimento econômico, e por acarretamento o social, e assim a representatividade política e a existência histórica. Em Canudos, essa gente ignorada, estigmatizada e condenada à minoridade da pessoa colonizada, decidiu vingar-se de um Estado colonialista que a oprimiu, deformou e desfigurou às raias do desejado aniquilamento. Com efeito,

ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfígura-o, aniquila-o (FANON, 1979, p. 175).

Ora, com a independência política do Brasil vimos contruir-se dois territórios distintos internamente: um destinado à burguesia industrial e comercial emergente, aos aristocratas e políticos que mantiveram o outro Brasil — de campônios e proletários — enregelhado para massa de manobra em favor daqueloutro. De fato, os jagunços que fundaram Canudos, tal como os cangaçeiros de Lampião aparecidos depois, sucedem pois os roceiros e desempregados das cidades, tipos então desconstruídos e demonizados, tornados inúteis, miseráveis e perigosos segundo a pecha que lhes pregou, através de uma mídia tendenciosa que arrastava consigo a opinião pública, a classe dirigente em seu orgulho ferido. Deveras, tanto Antônio Conselheiro quanto Lampião impuseram ao Governo brasileiro humilhações significativas durante os combates. Outrossim, ainda é Euclides da Cunha quem melhor relata o que neste parágrafo está posto. Vejamos:

Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez — bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas [de chumbo]. Reagiu. Era natural. O que surpreende é a surpresa originada por tal fato. Canudos era uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada e sem número das nossas tradições. Só sugeria um conceito — e é que, assim como os estratos geológicos não raro se perturbam, invertidos, sotopondo-se uma formação moderna a uma formação antiga, a estratificação moral dos povos por sua vez também se baralha, e se inverte, e ondula riçada de sinclinais abruptas, estalando em flauts⁷, por onde rompem velhos estádios há muito percorridos. [...] Sob tal aspecto era, antes de tudo, um ensinamento e poderia ter despertado uma grande curiosidade. A mesma curiosidade do arqueólogo ao deparar as palafitas de uma aldeia lacustre, junto a uma cidade industrial da Suíça... Entre nós, de um modo geral, despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afloramento

⁷ De acordo com o autor em nota: do inglês, “lâminas folheadas”.

originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmos-las, corrigirmos-las ou anularmos-las. Não entendemos a lição eloqüente (CUNHA, 2007, p. 379-380, grifos acrescentados).

De fato, “n’ *Os sertões*, as instituições republicanas da capital atua[r]am de maneira não menos impulsiva e ‘primitiva’ que seus supostos oponentes: ‘os Governadores de estado, os Congressos, as corporações municipais, continuaram vibrantes no anelo de formidável vingança’” (GÁRATE, 2001, p. 78). Não obstante, as comitivas de andarilhos — gente maltrapilha que perimbolava maltratada Brasil afora, cujo retrato ainda pode ser visto por toda parte nas famílias que criam seus filhos a céu aberto e apenas por sob as pontes de estradas e viadutos, repetindo uma situação em que a alternativa oferecida pelo Estado a muitos brasileiros ainda inocentes é a de esmolar e auto-imolar a dignidade que deveria ser comum a toda gente — reafirmam uma vez mais o disparate de uma burguesia de fachada envergonhada do conterrâneo por ela mesma expropriado, quando se põe, auto-idealizando-se, ao nível da cultura européia e da soberba estadunidense, igualmente idealizadas lá e aqui.

Escandalosamente, essa burguesia não queria pensar que seus antecessores colonialistas bem sabiam da vileza de tão baixo golpe e deslealdade para com os des-herdados no lugar (neo)colonial. Aliás, talvez isso explique porque por alguns o Brasil fosse visto com um certo asco e desdém. Pois, sim. Incutiram nas pessoas de todo mundo o suposto mito indígena segundo o qual os nascidos com defeito eram sumariamente mortos. A despeito de tal imaginário, entanto, é factível que tal fora, onde ainda não é, a atitude de pessoas representantes de uma ordem política centralizadora, regida pelo sistema da hereditariedade, no que então extremamente discriminatório, preconceituoso e excludente.

Nesse sistema, as pessoas impedidas de serem pessoas são ajuntadas como fichas de jogo e assim lançadas ao azar: o azar da fome, das doenças, da insignificância social, por fim, à sorte da morte. Dessarte, hauridos “os caudais de ouro e prata [que] por muito tempo escorreram do *Novo Mundo* para as arcas européias” (CRULS, 1973, p. 115, grifo acrescentado), os mocambeiros do Brasil não tinham por que se aviarem: não havia mais trabalho nas minas nem nos cafezais; nestes, ao longo das três primeiras décadas do século XX, a mão-de-obra negra e mestiça fora substituída por trabalhadores imigrantes — italianos em sua maioria, aos quais foram concedidas formas privilegiadas de participação na cultura cafeeira. Os ex-escravos não eram agora homens, mulheres e crianças livres? Pois que morressem à mingua parece ter-lhes sido o destino afiançado.

Pois, bem, sabemos o que se passou: alguns dentre a massa de excluídos encontrou acolhida junto aos usineiros do Nordeste, tornando-se-lhes curral eleitoral; outros apinharam os subúrbios de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador — vivendo de trabalhos pouco rentáveis, quando não empurrados, por força do desejo de sobrevivência, para os préstimos famigerados; e uns internaram-se embrenhados pelas zonas das regiões Norte e Centro-Oeste, parcamente habitadas à época. O certo é que os resultados da intensa migração interna, ocorrida no Brasil durante todo o século XX, ainda não podem ser satisfatoriamente apurados. Tampouco podem ser pensadas soluções definitivas que coloquem os marginalizados em condições de igualdade na disputa das oportunidades de educação, trabalho, promoção e bem-estar social. Mas voltemos, conquanto, ao primeiro vintênio do século XX, quando o alto Centro-Oeste e o Norte do Brasil começavam a ser desvelados para os brasileiros. Conforme o testemunho de Gastão Cruls, datado de 1942 em prefácio do autor à sua *Hiléia Amazônica* (1944), “mesmo hoje [1942] não será raro encontrar, às margens do Rio Negro, quem verse com desembaraço a língua-geral [o nheengatu] e dela se utilize no convívio doméstico” (CRULS, 1976, p. 262). Cruls aí se refere

à importância que o nheengatu — língua-geral indígena para o tronco tupi-guarani, teve para os habitantes da região Norte. De fato, como relata Cruls, o nheengatu era a língua na qual se comunicavam as pessoas que por algum motivo acabaram se estabelecendo na região. Para tanto, cita, lembrando Wallace em meados do século XIX, dois exemplos curiosos:

O caso de um francês que, residindo havia vinte anos no Solimões, só conversava com a mulher e os filhos em nheengatu, cuja prática já lhe era mais fácil do que a do português e mesmo da própria língua materna. É também do mesmo autor a observação de que crianças, filhas de portugueses, não sabiam se expressar de outra maneira (CRULS, 1976, p. 262).

Note-se, aí, que, diferentemente da filomorfia obcecada pelo Dr. Hartmann na *Amazônia misteriosa* (1925) de Gastão Cruls, a adoção da língua dá-se natural, voluntária e absolutamente coerente do ponto de vista pragmático. Com efeito, situando a práxis linguística no contexto sócio-comunicativo, nada é mais apropriado que o alóctone se expresse na língua do autóctone. A partir, pois, do interacionismo entre ambos, tendo em vista a compatibilização verbal, o redimensionamento da língua acontecerá procedente e concorde com a isotopia do espaço. De certa forma, e (re)tornando para os dias de hoje, é essa a topografia do poligenismo no Brasil, no que destacam-se a fala cantada dos sulistas, os dialetos arcaicos e os regionalistas do Sudeste e do Nordeste, bem como a miscelânea linguística proveniente da confluência no Norte entre troncos indígenas e intervenientes de todas as outras partes do Brasil.

Infelizmente, a despeito de hoje o Brasil parecer uma nação mais compacta, estará, ainda por tempo de impossível determinação agora, às voltas com os erros decorrentes de políticas exclusivistas e equivocadas do passado e do presente. De fato, também entre os brasileiros disseminou-se o dito espanhol a respeito dos indígenas escravizados, justificando-lhes o escravismo: — “*Non son gentes, señor, son animales*”. Era esta, pois, uma frase repetidamente pronunciada por “plantadores em relação aos índios a seu serviço”, conforme relata Cruls parafraseando “um escritor moderno”⁸ que igualmente “impressionou-se” com tal frase quando “percorrendo o México e o Peru” (CRULS, 1976, p. 270). No caso brasileiro, o torçimento de gente a bicho se estendeu por estereotípias a qualquer que tivesse um traço estigmatizado. E os estigmatizados o foram, se ainda não são, os índios e os negros.

À entrada do século XX, pois, os excluídos estrebuchavam aos estertores compelidos pela profusão de intempéries e desgraças a que a maioria do povo brasileiro estava e ainda estaria destinada, uma vez coagida a ser ninguém por aqueles que a despersonalizava através da depreciação da pele, da linguagem, dos modos e costumes.

Mas o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial. Considerando ademais que a sua população na virada do século XIX para o XX era algo em torno de dezessete (17) milhões, e que a maioria estava concentrada na faixa litorânea, vê-se logo que o interior de todo o Brasil era raramente habitado. Com propriedade, portanto, Gastão Cruls sentia-se indignado quando ouvia, aqui e ali, que “os índios pouco pesaram na formação da nossa nacionalidade. Isso, na boca de gente culta, chega a ser quase uma *boutadé*” (CRULS, 1976, p. 273), afirma. Tal assertiva não se dera por fruto de um entendimento ou desejo pessoais, e sim a partir de leituras como a de *Casa Grande e Senzala*.

Respondendo a todos, e de uma maneira irrefutável, aí esta o capítulo segundo de *Casa Grande e Senzala*, em que Gilberto Freire, com exaustiva documentação e a

⁸ Não foi possível confirmar, mas, provavelmente, trata-se de Luís Pericot y Garcia, que publicou em Barcelona, no ano de 1936, o livro *América indígena*, constante, à página 279, nas referências para o capítulo “Considerações Gerais” de *Hiléia Amazônica*.

⁹ Do francês: bizarria.

sua aguda visão dos problemas que nos dizem respeito, põe em evidência o papel preponderante que teve o indígena, em vários “complexos característicos da moderna cultura brasileira”. E essa influência do ameríndio é tanto maior e mais profunda quanto mais nos aproximamos do extremo norte do país. Aí, principalmente na Hiléia, por toda parte se sente a presença do índio, aquele mesmo índio que foi guia prestante aos seus primeiros desbravadores e sem o auxílio do qual talvez não nos tivessem cabido a posse e o domínio do imenso vale (CRULS, 1976, p. 276, grifos acrescentados).

Com efeito, tais sinais não escapam a qualquer um que visite hoje as paragens do Norte e mesmo do Centro-Oeste brasileiros. Apenas, há também que se notar a forte presença dos traços afros e do branco-mestiço — os quais compõem, ao lado do descendente e mestiço indígenas, o grande grupo étnico-heterogêneo daquelas regiões. Destarte, a heterogeneidade é uma característica do Brasil desde a época historicamente colonial. Por conseguinte, as imigrações européias e asiáticas ocorridas durante e mais intensas até a década de 60 do século XX, corroboram a supracitada particularidade. A propósito, essas imigrações foram decisivas na ocupação dos campos das regiões Sul e Sudeste. Além disso, as migrações internas em direção ao Centro-Oeste, Norte e São Paulo vêm, desde inícios do século XX, mudando a etnografia e a demografia brasileiras. São Paulo, por exemplo, saltou de pouco mais de 230.000 (mil) pessoas em 1900 para cerca de 10.000.000 (milhões) no ano 2000, tornando-se a cidade que congrega todas as correntes étnicas responsáveis pela nacionalidade brasileira e a mestiçagem decorrente dos cruzamentos cada vez mais plurais e complexos.

3. CONCLUSÃO

Há que se pensar, então, que, Gastão Cruls em *A Amazônia que eu vi* e *Hiléia amazônica* e Euclides da Cunha n’ *Os sertões* perceberam e anteciparam esses movimentos e desdobramentos hereditários no curso da formação da nacionalidade ou da *natividade* do Brasil. Tais fenômenos sucederam-se, pois, rápida e inexoravelmente, compondo hoje uma população próxima dos 200.000.000 (milhões) de habitantes. A animação desse quadro, contudo, longe está de reproduzir a *belle époque* européia do entre-séculos XIX-XX, bem como de traduzir, sem extremada compulsão, os ditos *anos dourados* da economia brasileira — não por acaso compreendidos num período político de vinte e um anos vigido pela ditadura militar (1964-1984). À medida que a população brasileira crescia, cresciam também as diferenças sociais aumentando a distância entre pobres e ricos, iletrados e esclarecidos e, o que é pior, ampliava-se o contingente de pobres e iletrados enquanto mantinha-se quase que inalterada a frisa de ricos e esclarecidos.

De fato,

vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respigando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos... (CUNHA, 2007, p. 236).

Estas linhas de Euclides da Cunha sintetizam a razão de ser de Canudos. Nelas, vemos o filme da colonização passando e reprisando-se na República. Com efeito, diante da

“atmosfera de instabilidade e indefinição que envolveu todo o período de decadência do Império e consolidação da República” (SEVCENKO, 1982, p. 85), a comunidade de Canudos representou uma revolta contra a República nascente, uma vez que esta continuava a política etnocêntrica tornada tradição no Brasil. Ocorre, entretanto, tratar-se de uma revolta baseada nas prédicas também dogmáticas de Antônio Conselheiro, posto que paráfrases da ideologia eclesiástica, conforme transcreve Euclides da Cunha (2007) nas páginas 238 e 239 de *Os sertões*. Nesses termos, e de acordo com Miriam V. Gárate (2001, p. 169), o discurso euclidiano em *Os sertões* compõe uma narrativa de uma terra e um povo destruídos em “pleno processo de formação”, uma vez que à alienação seguir-se-ia, naturalmente, o esclarecimento e o progresso.

Não obstante, destruída a comunidade de Canudos, outras tantas nasceram, cresceram e se desenvolveram no interior do Brasil, originando o atual mapa político do país. E, ao longo do período em que tais comunidades vinham em formação, muito contribuiu o índio

que nada tem de falso e desconfiado, bronco e canhestro, arredo e taciturno, mas é antes leal e prestimoso, inteligente e hábil, comunicativo e afável, repartindo com os que lhe são caros, sentimentos de afeto e atenção. Nada do silvícola que abandona os velhos e apressa a morte dos doentes (CRULS, 1976, p. 275).

Enfim, índios, brancos e negros convergiram para a formação de uma nova etnia, mas nunca de uma sub-raça comparada, conforme as palavras de Araripe Júnior, aos “cypaios da Índia e [...] fellahs do Egito, povos [também preconceituosamente tidos por] incapazes de compreender a civilização, e, portanto, *carecedores não só da tutela econômica, mas também da escola*” (apud SEVCENKO, 1982, p. 89, grifos acrescentados).

Os brasileiros podem, portanto, construir um futuro político, econômico e cultural caracterizadores de uma unidade nacional, desde que sua sociedade se disponha para “uma luta de todos os instantes contra as formas novas do colonialismo [...]” (FANON, 1979, p. 196).

4 REFERÊNCIAS

BARRETO, Tobias. **A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros**. Seleção e Coordenação de Hilton Rocha. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977.

COSTA, Cláudio Manuel da. **Poemas escolhidos**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/poemas_escolhidos.pdf. Acesso em: 12 jan. 2009.

CRULS, Gastão. **A Amazônia que eu vi**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: INL, 1973.

_____. **Hiléia Amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia indígenas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: INL, 1976. (Coleção Documentos Brasileiros)

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2007. (Coleção A obra-prima de cada autor)

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. 2. ed. Prefácio de Sartre. Tradução de José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GÁRATE, Miriam V. **Civilização e barbárie n'os Sertões: entre Domingo Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2001.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Prefácio. In: **A Amazônia que eu vi**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília, INL, 1973.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.